GRUPO PARLAMENTAR

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL DOS AÇORES

VII Legislatura

Intervenção Final Plano 2003

2002/11/13 – José Decq Mota

Senhor Presidente

Senhores Deputados

Senhor Presidente e Senhores Membros do Governo

Está a chegar ao fim o debate do Plano e Orçamento para 2003 e da Reprogramação do Plano de Médio Prazo, tendo sido um debate que certamente contribuiu, de algum modo, para deixar claros alguns dos traços caracterizadores da actual situação política específica da Região.

O tom de optimismo moderado usado, em geral, pelos senhores membros do Governo e secundado, em geral, pelas senhoras e senhores deputados da maioria é revelador, na sua moderação relativa, das dúvidas e incertezas existentes quanto a aspectos essenciais do enquadramento e das opções tomadas.

O cuidado posto por alguns senhores deputados da maioria em afirmar sólidas certezas quanto a algumas situações, é revelador, na sua insistência e no seu momento de afirmação, de um esforço para "cerrar fileiras" no meio de uma legislatura em que há traços de orientação que não são nem estáveis, nem sólidos, nem completa e totalmente assumidos nas suas consequências pelo poder estabelecido.

Os problemas principais da correlação entre sectores dos equilíbrios que se pretendem ou não pretendem, das prioridades que realmente se querem concretizar e dos efeitos que em termos finais se querem obter, não ficaram, nem se esperaria que ficassem, esclarecidos neste debate.

Esta é uma questão central, que esteve e está sempre presente, mas existe exactamente porque a principal opção deste Governo a partir dos finais de 2001 foi a de aumentar substancialmente a indefinição política pública dos seus objectivos na economia, e nas áreas sociais.

A Proposta de Decreto Legislativo Regional de Reprogramação Financeira do Plano de Médio Prazo revela, como mencionámos na abertura deste debate, essa alteração não totalmente assumida de alguns objectivos, alterações essas que, estando presentes no discurso de moderado optimismo governamental, continuam a não ser explicitadas de forma límpida.

E é exactamente porque, tendo como temos o direito e obrigação de tirarmos conclusões sobre o que é proposto e não tendo havido explicações sólidas sobre a razão dos números, que mantemos e até reforçamos a opinião que os objectivos equilibrados da versão inicial aqui aprovada do PMP estão postos em causa.

E naturalmente que não podem colher raciocínios como aquele que hoje foi aqui apresentado pelo Senhor Secretário Regional da Agricultura e Pescas, que teve o cuidado de referenciar as taxas de alteração do investimento nos seus sectores não ao previsto e ao decidido, mas antes ao executado em 2001, que foi um ano de fraca execução financeira e material nesses sectores. Não se pode aceitar que o fazer-se pouco e mal num ano seja fundamento para se fazer apenas um pouco mais nos seguintes. Se o que se fez de pouco em 2001 teve justificações fundamentadas, então teremos que nos esforçar para recuperar muito. Se o que se fez de pouco em 2001 foi feito com intenção, então temos uma alteração de objectivos que será marcante para os anos seguintes.

O Governo mantém que tem os mesmos objectivos. Mas está, num quadro de desaceleração do investimento do qual não tem a responsabilidade toda, a assumir a responsabilidade de imprimir ritmos relativos diferentes de investimento nos vários sectores. A agricultura, as pescas, a habitação social, as estradas em quase todas as ilhas, as construções escolares do secundário nalgumas ilhas, saem claramente a perder nestas novas e diferentes opções do Governo.

Senhor Presidente

Senhores Deputados

Senhor Presidente e Senhores Membros do Governo Regional

Este debate veio também confirmar que o relacionamento financeiro do Estado com esta Região está a atravessar um período negativo para os Açores, muito marcado pelos raciocínios centralistas que a direita nacional no poder tem historicamente usado.

Neste debate, e muito especialmente no dia de ontem, ficou totalmente patente o facto novo na História do sistema autonómico, que consiste no

apoio da direita regional, com todo o ,destaque para o PSD/Açores, às medidas governamentais da República que lesam a Região Autónoma dos Açores.

Ficou especialmente patente, e uma vez mais o digo, a enorme brutalidade política da não concretização, no corrente ano de 2002, de qualquer solidariedade nacional para com a reconstrução.

As consequências humanas desse acto sem fundamento político são muitíssimo grandes e inaceitáveis.

Ficou patente que, quer o tratamento dado à autorização suplementar da dívida em 2002, na prática anulado, quer a proibição de endividamento regional para 2003, tem como objectivo a diminuição da capacidade de investimento regional em 2003 e 2004.

Ficou ainda patente que a posição do PSD/Açores em não querer nem apoiar, nem promover qualquer iniciativa que viesse a permitir a contracção de uma dívida regional para a reconstrução, o que possibilitava obstar a atrasos no investimento de vários sectores, garantindo na mesma a taxa regional de esforço na reconstrução, constitui a confirmação objectiva de uma posição de apoio à asfixia financeira.

Para o Grupo Parlamentar do PCP, não é aceitável que os legítimos interesses da Região Autónoma não estejam acima de qualquer perspectiva interna de luta pelo poder regional.

Senhor Presidente

Senhores Deputados

Senhor Presidente e Senhores Membros do Governo Regional

Longe vai o tempo em que, nos anos 70 e 80, estes documentos eram apenas discutidos e aprovados na generalidade, prática essa que levou a que o Tribunal Constitucional decretasse, em 87, a inconstitucionalidade das normas legais que assim o determinava.

Vamos, assim, após todas as declarações finais, passar às votações na generalidade e na especialidade.

Três dos grupos parlamentares aqui representados apresentaram propostas de alteração, certamente correspondentes à visão que têm dos documentos.

Cabe-me, no essencial, fazer uma referência detalhada às propostas do Grupo Parlamentar do PCP.

Apresentamos, basicamente, três propostas de alteração ao Plano, que dizem respeito aos Programas 4, 11 e 17, porque pretendemos

simplesmente criar condições para ser reposta, numa perspectiva embora minimalista e que tem em conta novos enquadramentos, aspectos importantes do acordo que fizemos com o Governo.

Partimos da ideia fundamentada de que é preciso e é possível fazer um esforço de contenção da despesa corrente, aplicando aos Gabinetes dos Membros do Governo e à Dotação Provisional uma redução de 5%.

Esta nossa opção, assentando embora no mesmo princípio da proposta de redução do Grupo Parlamentar do PSD, difere para menos porque pensamos que a nossa estrutura das despesas correntes não está preparada para um corte dogmático, tipo Ferreira Leite, de 10% nos Gabinetes.

Demonstramos com as nossas propostas que, com algum esforço, seria possível cumprir em 2003 a concretização de uma necessidade muito urgente do Faial, que seria dar-se início à obra da Escola Secundária. Demonstramos que seria possível dar um sinal autêntico de início da recuperação da rede viária das ilhas mais necessitadas, apresentando uma proposta concreta relativamente às Flores. Demonstramos que seria possível contemplar bem melhor todas as ilhas no que respeita a caminhos rurais, contrariando a tendência de desaceleração do investimento na Agricultura.

Mostramos com estas propostas o nosso apego aos compromissos assumidos, tendo em conta as evoluções e criamos as possibilidades de outros cumprirem, com o mesmo espírito, esses mesmos compromissos.

Queríamos também referir que a proposta de reforço da verba da reconstrução proposta pelo PSD agrava de forma injustificada a taxa de esforço regional na reconstrução, ilibando directamente a República de prestar a sua solidariedade com a dimensão adequada.

Esse raciocínio não serve nem para o presente nem para o futuro, por isso discordamos dele.

Quanto ao Decreto Orçamental, consideramos claramente ilegal o número 3 do artigo 11º, porque dispõe contra o que é estabelecido no artigo 30º, alínea b do Estatuto, que simplesmente determina que a competência de configurar os Programas é desta Assembleia assim esse ponto, ao autorizar o Governo a substituir-se à Assembleia está a dispor contra a Lei.

Consideramos que o artigo 14º (Serviço Regional de Saúde) é politicamente insustentável, além de termos legítimas dúvidas sobre a sua configuração legal e constitucional.

Pretender dar esta espécie de “autorização legislativa ao Governo”, mesmo tendo em conta as conclusões da Comissão Eventual, é o mesmo que pretender tomar medidas polémicas e que sobrecarregam os cidadãos sem que haja os necessários e claros debates. Por essa razão fundamental propomos a eliminação desse artigo.

Senhor Presidente

Senhores Deputados

Senhor Presidente e Senhores Membros do Governo Regional

Estamos num contexto político difícil e complexo. A direita no poder da República está a desenvolver uma fortíssima ofensiva contra os trabalhadores e contra todos os que vivem de rendimentos do trabalho.

Há direitos adquiridos que constituem progressos civilizacionais que estão em causa.

Há perspectivas de equilíbrio social que estão a ser comprometidas.

Há necessidades económicas fundamentais e gerais que estão a ser imoladas no altar da concentração económica a todo o custo.

Amanhã, os trabalhadores da Administração Pública Nacional, Regional e Local vão realizar uma Jornada Nacional de Luta com greve, que será certamente um poderoso sinal de que a sociedade não aceita determinadas concepções retrógradas.

Mas, ao reflectirmos sobre esta questão não nos podemos esquecer da nossa própria realidade.

Aqui, na Região Autónoma dos Açores, persiste uma situação de discriminação grave contra um sector de trabalhadores, os trabalhadores das Juntas Autónomas dos Portos, que já viram centenas dos seus colegas dos portos do Continente e da Madeira usufruírem de um regime de restruturação que é favorável aos que se pretendem reformar com 30 anos de serviço, sem que essa situação tenha sido aplicada nos Açores.

É nossa obrigação resolver esse problema e é fundamental termos presentes questões como esta quando estamos a discutir o futuro da Região e quando não queremos, certamente, no exercício das nossas competências próprias seguir os mesmos caminhos retrógrados do Governo PSD/PP.

Senhor Presidente

Senhores Deputados

Senhor Presidente e Senhores Membros do Governo Regional

A terminar resta registar que a posição do Grupo Parlamentar do PCP é contrária a estes documentos, globalmente considerados.

Em consonância com essa avaliação votaremos, na generalidade, contra cada um deles.

Esta nossa posição não contraria em nada a permanente disposição que temos para participar em todos os processos de convergência institucional que possam beneficiar a Região, mas demonstra que essa disponibilidade está e estará sempre associada a uma perspectiva de desenvolvimento económico com utilidade social, de aprofundamento democrático e de construção da justiça social.

Disse